

Documento N° :744180 / 2026

Período de referência: 6 ° Bimestre de 2025

Poder/Órgão : PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

TERMO DE ALERTA DE RESPONSABILIDADE FISCAL N° 002974 / 2026 TCE

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, vem, com base no art. 59, § 1º, da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04/05/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, c/c art. 15 da Lei Complementar nº 178/2021, emitir ALERTA ao (Poder / Órgão), em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Controle de Contas de Governo de Gestão Fiscal, devido à ocorrência da seguinte situação:

I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

| Verificação dos índices de Demonstrativo da Despesa com Pessoal (em percentual da receita corrente líquida) | | | |
|---|-------------------|----------------------------------|----------------------|
| Limite de alerta | Limite prudencial | Limite máximo permitido pela LRF | Percentual alcançado |
| 48,60% | 51,30% | 54,00% | 54,08% |

II - Trajetória do retorno ao limite de despesa com pessoal

| Verificação do retorno ao limite de despesa com pessoa | |
|--|-------|
| Percentual atingido em 2021 | 60,87 |
| Percentual a atingir (redução de 10% do excedente em cada exercício) | 59,50 |
| Percentual alcançado | 54,08 |

Em razão de o Corpo Técnico haver detectado a extrapolação do limite estabelecido na LRF, art. 20, III, “b”, para a despesa total com pessoal, sendo constatado ainda o cumprimento da redução estabelecida pela Lei Complementar nº 178/2021 (redução de pelo menos 10% no final deste exercício), fica o gestor, além de proibido de realizar qualquer dos atos enumerados nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22, obrigado a eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, por meio da adoção, entre outras, das medidas previstas nos art. 23 daquela Lei Complementar, de forma a se enquadrar no respectivo limite até o término do exercício de 2032, atendendo assim ao disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 178/2021.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, por intermédio do Conselheiro Relator do processo em epígrafe, vem, com base no art. 59, § 1º, da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04/05/2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, c/c art. 15 da Lei Complementar nº 178/2021, emitir ALERTA ao (Poder / Órgão), em conformidade com a análise realizada pelo Corpo Técnico da Diretoria de Controle de Contas de Governo de Gestão Fiscal, devido à ocorrência da seguinte situação:

Natal (RN), quarta-feira, 11 de março de 2026

FRANCISCO POTIGUAR CAVALCANTI JÚNIOR